

Prefeituras aumentam contratações e acendem alerta para cenário fiscal

Economistas alertam para risco de alta de gastos com contratação por municípios

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio
10/03/2026 05h00 - Atualizado agora

Favorecido pelo aquecimento do emprego no Brasil como um todo, o número de trabalhadores no setor público tem avançado, só que em velocidade maior que a média da população ocupada. Na esfera municipal, essa alta se dá em ritmo ainda mais intenso que a média do setor público, o que permitiu a ampliação de sua maioria nesse grupo. No contingente de pessoas ocupadas nas cidades, um aspecto observado que limita o efeito fiscal é o crescimento da parcela dos que não têm vínculo empregatício - que não são nem estatutários nem CLT.

Ainda assim, afirmam especialistas, há pressão de custos para os municípios, que tradicionalmente têm situação fiscal mais vulnerável, especialmente aqueles de menor porte. Economistas ouvidos pelo **Valor** defendem que o quadro é um ponto de atenção no debate sobre as condições fiscais das cidades, o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal e os possíveis riscos para prestação de serviços públicos.

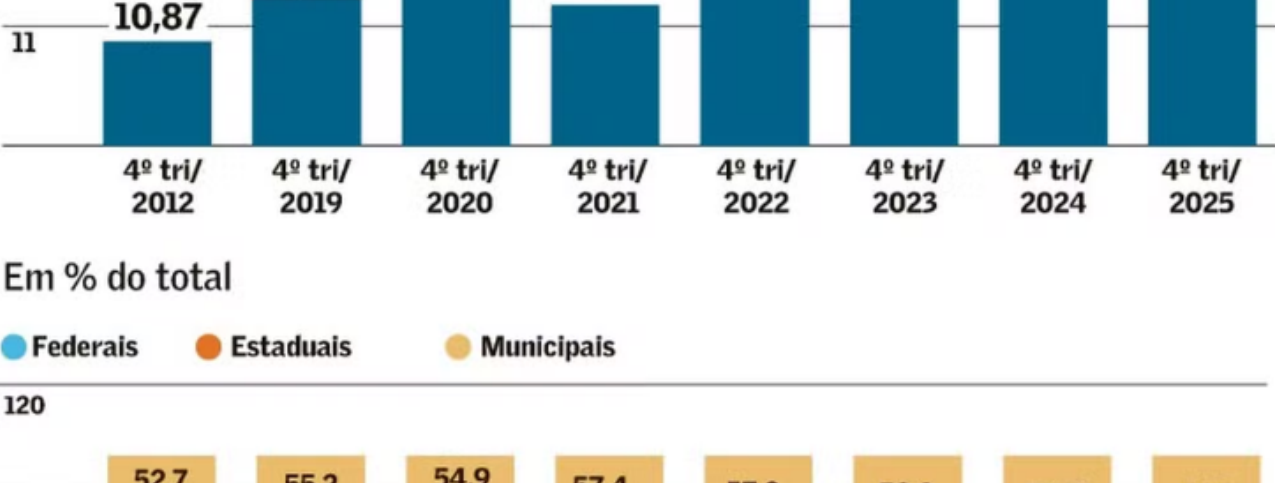
“Os dados de mercado de trabalho mostram aumento do pessoal ocupado no setor público, principalmente nos municípios. E houve mudança conjuntural nas finanças públicas de Estados e municípios, quando se olha o período pré e pós-pandemia. Temos visto, desde 2023, deterioração na situação fiscal dos municípios, especialmente os menores”, diz o economista da Tendências Consultoria João Pedro Leme, especialista em finanças públicas.

Os números dos municípios

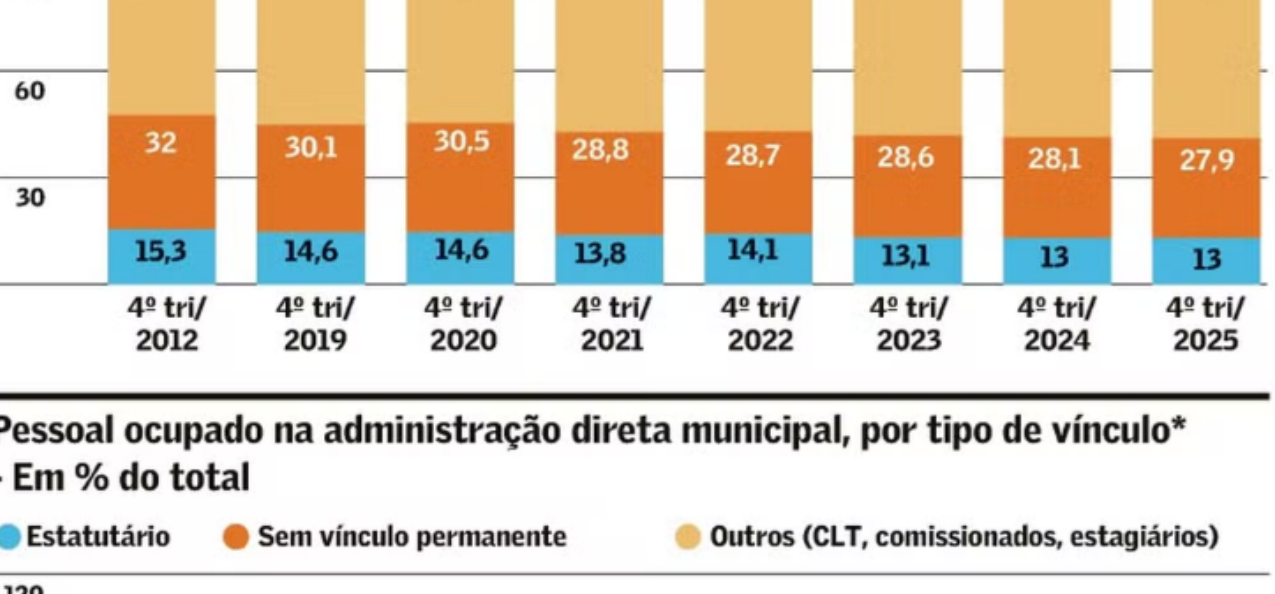
Servidores das cidades ampliam espaço no trabalho público

Trabalhadores no setor público

Número total (em milhões)

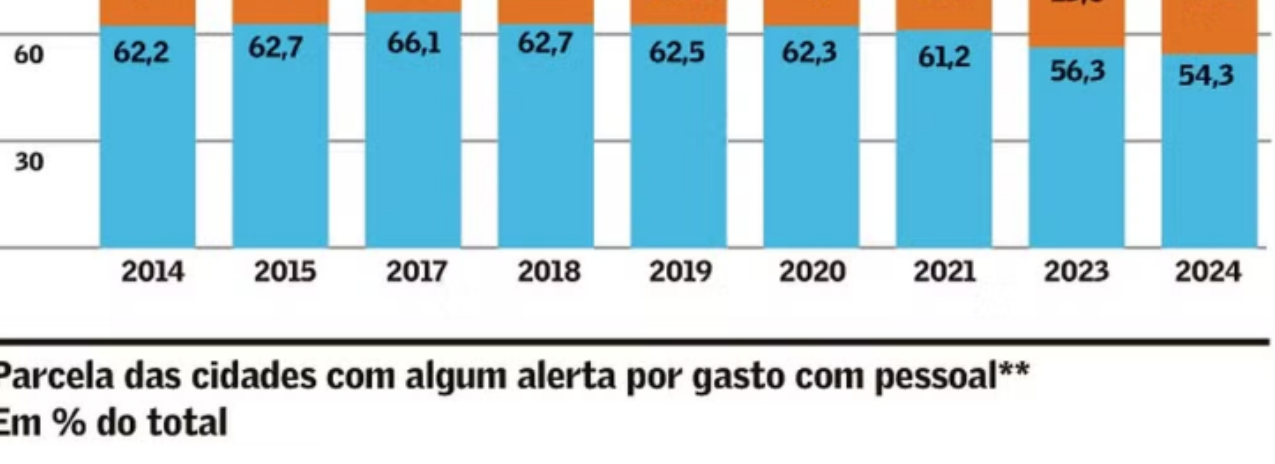


Em % do total



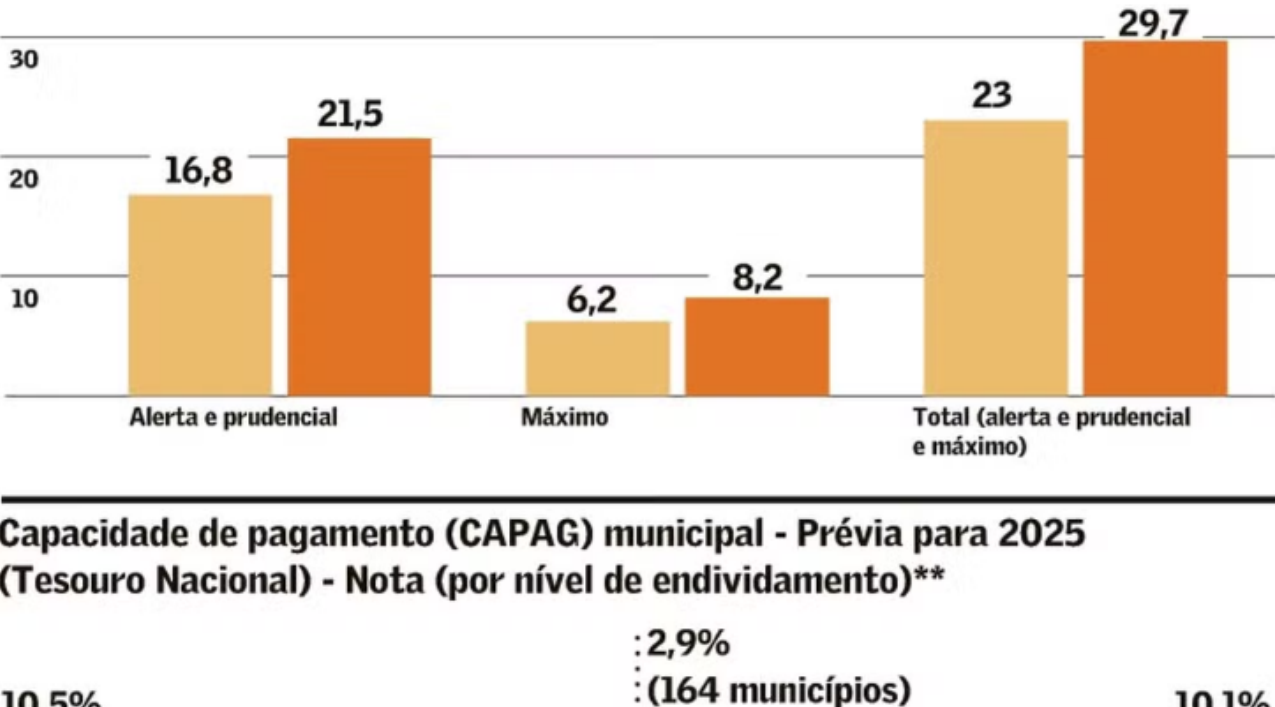
Pessoal ocupado na administração direta municipal, por tipo de vínculo*

- Em % do total



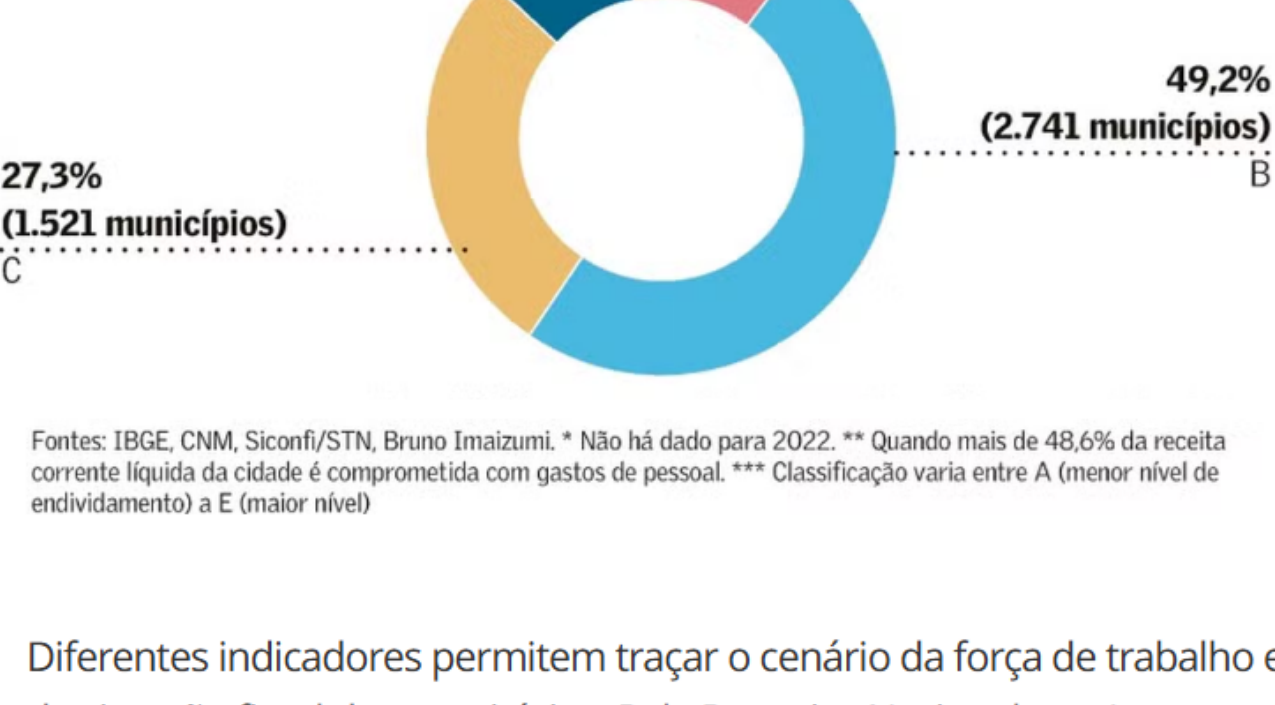
Parcela das cidades com algum alerta por gasto com pessoal**

Em % do total



Capacidade de pagamento (CAPAG) municipal - Prévia para 2025

(Tesouro Nacional) - Nota (por nível de endividamento)**



Fontes: IBGE, CNM, Siconfi/STN, Bruno Imaizumi. * Não há dado para 2022. ** Quando mais de 48,6% da receita corrente líquida da cidade é comprometida com gastos de pessoal. *** Classificação varia entre A (menor nível de endividamento) a E (maior nível)

Diferentes indicadores permitem traçar o cenário da força de trabalho e da situação fiscal dos municípios. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas ocupadas no Brasil cresceu 5,6% entre o quarto trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2025. A taxa foi de 9,2% entre trabalhadores do setor público e de 12,9% naqueles empregados na esfera municipal, pelos microdados da pesquisa levantados pelo economista da 4Intelligence Bruno Imaizumi.

Nesse período mais recente, o aumento de pessoal ocupado no setor público está ligado às restrições de gastos impostas durante a pandemia, como a de contratação de servidores e de reajustes salariais, previstas na Lei Complementar 173/2020.

“Estados e municípios conseguiram fazer caixa de 2022 para frente, é um movimento que com certeza afeta a evolução dos ocupados no setor público. [...] Tem uma explosão assustadora do setor público municipal e isso está muito ligado à questão fiscal”, diz Imaizumi.

João Pedro Leme descreve um período de “melhora artificial nas finanças públicas dos Estados e municípios” no início da pandemia, graças à combinação desse controle mais rígido de despesas com aumento de transferências constitucionais e arrecadação de impostos.

Com o fim dessas restrições, administrações municipais retomaram contratação de servidores e também outras iniciativas, como investimentos. Só que muitas prefeituras não têm condições de manter esses gastos. “Sem essa trava, municípios começaram a criar despesas, muitas vezes de forma permanente. E não houve alta na arrecadação. Era esperado um aumento de servidores municipais com o bom momento financeiro que permitiu contratação. Mas a contrapartida disso é a piora no resultado primário”, diz Leme.

Os números do IBGE mostram, de qualquer forma, que a tendência de aumento dos trabalhadores do setor público vem de antes da pandemia. Entre o quarto trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2025, o pessoal ocupado no país subiu 9,7%, enquanto as taxas foram de 15,7% no setor público e de 23,8% no setor público municipal.

Em um prazo mais longo, entre 2012 e 2025, o movimento é um pouco diferente. A alta do setor público (19,7%) é mais próxima à do pessoal ocupado como um todo (14,2%). Nessa base de comparação, o que destoa é o crescimento do setor público municipal, que chega a 34,3%.

Tem uma explosão assustadora do setor público municipal e isso está muito ligado à questão fiscal”

— Bruno Imaizumi

Ao longo do tempo, os ritmos diferentes de expansão levam à ampliação dos servidores municipais mais maioria no setor público, mostram os microdados da Pnad Contínua. Essa fatia subiu de 54,9% no quarto trimestre de 2019 para 59,1% no quarto trimestre de 2025. A alta é ainda maior na comparação com o quarto trimestre de 2012, quando era de 52,7%.

A esfera federal, que respondia por 15,3% do total de trabalhadores do setor público no quarto trimestre de 2012, caiu para 14,6% em igual período de 2019 e 13% em 2025. Na esfera estadual, a participação foi de 32%, 30,2% e 27,9%, respectivamente.

Para o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, existe um claro processo de “prefeiturização” do emprego público: “A principal razão desse fenômeno é o aumento das obrigações impostas aos municípios nos últimos anos, ferindo o pacto federativo”.

Informações levantadas pela confederação mostram, segundo Ziulkoski, alta maior de profissionais nas áreas de saúde, educação e assistência social, em que cresce a participação dos municípios em serviços que deveriam ser da competência de União e Estados.

“Temos que lembrar que o serviço público, de forma geral, é prestado para o cidadão principalmente pelos municípios, como no atendimento básico de saúde e educação infantil. E os dados permitem ver que o aumento da ocupação no setor público ocorre em atividades-fim, como saúde e educação”, afirma o economista Pedro Souza, analista da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Mesmo assim, defende que responsabilidade fiscal dos municípios é essencial, até pela situação ‘sui generis’ vivida por eles, de poucas fontes de receita e maior impacto no caso de qualquer crise fiscal: “Uma responsabilidade fiscal maior por parte desses entes é essencial. Não só para a manutenção de um serviço público adequado, mas pelo risco que pode trazer de eventual socorro por parte da União que agrave mais o déficit.”

Na alta do pessoal nos municípios, um fator ajuda a conter parte do impacto fiscal: a expansão de quem trabalha de forma temporária. A tendência é observada desde 2021 na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), também do IBGE. A parcela de ocupados na administração direta sem vínculo permanente subiu de 19,1% em 2020, para 20% em 2021, 23,8% em 2023 e 26,8% em 2024, último resultado disponível. Não há dados para 2022.

“Essa busca de novas formas de contratação é um indício da pressão fiscal. É essencial que não se contrate despesa de forma permanente, mas mesmo os trabalhadores sem vínculo permanente representam um custo a mais na administração pública. Existem outros custos associados, como o pagamento de previdência”, afirma Pedro Souza.

A avaliação é compartilhada por João Pedro Leme. “Acréscimo de funcionários públicos, mesmo que não sejam estatutários, acaba inflando o orçamento de municípios e Estados. Tudo aumenta a folha de pagamento.”

A parcela dos municípios brasileiros com algum alerta a respeito do gasto com pessoal, segundo parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aumentou em 2025, segundo dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) compilados pela Confederação Nacional de Municípios. Esse parâmetro considera as cidades em que mais de 48,6% da receita corrente líquida (RCL) é comprometida com esse tipo de despesa.

A parcela de municípios nesta situação subiu de 23% em 2024 para 29,7% em 2025, de um total de 4.775 municípios com dados. O número de municípios na classificação máxima - quando mais de 54% da receita é comprometida - subiu 32% entre 2024 e 2025, para 393 cidades.

O índice de capacidade de pagamento (Capag) é outro indicador que aponta para a piora da situação fiscal dos municípios. Conhecido também por ser uma referência para o grau de dependência, avalia as cidades de acordo com parâmetros da Lei da Responsabilidade Fiscal. O índice varia entre os graus A e E, da melhor para a pior capacidade de solvência.

O número de municípios com grau A subiu de 835 em 2023 para 1.179 em 2024, enquanto aqueles enquadrados no grupo B passaram de 1.500 para 696, em igual base de comparação, pelos dados mais recentes. O total de cidades na nota C, por sua vez, avançou de 1.294 em 2023 para 1.782 em 2024. De acordo com Leme, houve “praticamente uma explosão” de municípios que passaram da letra B para a C, “ou seja, pioraram a capacidade de pagamento”.

Por trás da situação fiscal dos municípios está a capacidade de prestar serviços públicos de qualidade para a sociedade, argumentam os especialistas.

“Para melhorar o bem-estar das pessoas, é preciso ter municípios bem colocados fiscalmente, com dinheiro aplicado nos locais corretos e eficiência na gestão municipal. Toda vez que há situação fiscal ruim, municípios sem base tributária decente ou em posição de endividamento, há risco para o cidadão”, afirma o analista da Tendências Consultoria.